

Serra mostra que governo errou

SÃO PAULO — O governo superestima receitas e subestima despesas no orçamento. Ao mesmo tempo em que coloca, do lado da receita, a proposta de mais impostos, projetando de forma irreal a obtenção de recursos, o Poder Executivo espera despesas menores do que deverá ter no próximo ano, como no caso dos gastos dos pagamento da dívida externa.

O autor na análise é o deputado José Serra (PSDB-SP), relator-adjunto da Comissão Mista do Orçamento do Congresso, que classifica como "dramática" a estrutura de despesas montada na peça encaminhada pelo Executivo para apreciação dos congressistas.

Hipótese - Em valores de junho de 1988, o executivo trabalha, no orçamento, com um aumento real de 20% no serviço da dívida para o próximo exercício, baseado na hipótese de que a taxa de juros para a colocação de títulos públicos fique em 6%. Só que isso já não corresponde, hoje, à realidade, porque nas duas últimas semanas a taxa de juros foi elevada para 16%. Assim, mesmo que se considere uma hipótese otimista para esse item, com uma projeção de uma taxa de juros de 12%, haverá um acréscimo de Cz\$ 500 bilhões nas despesas do governo. Segundo Serra, pelo menos 70% do orçamento referem-se às despesas com pessoal e serviço da dívida. Se estes itens estavam mais do que subestimados e o gasto real com pessoal deverá ser 30%, Serra vê o outro lado da moeda, em que os outros pontos (investimentos e despesas correntes) deverão, segundo a estimativa, ter uma queda real de 47%.

"É pouco o que o Congresso pode fazer, pelo novo texto constitucional, já que não pode alterar as despesas de pessoal e de serviço da dívida, o que é correto. Afinal, jogar todo o problema para o Legislativo não seria uma boa solução", analisa Serra, que vê na elaboração do orçamento várias falhas cometidas pelo Executivo.

Subsídios — Para o deputado, um respeitadíssimo especialista em finanças e um dos autores do capítulo sobre sistema tributário na nova Constituição, houve timidez nos cortes de incentivos e subsídios. Pelos seus cálculos, havia a possibilidade de um corte de Cz\$ 900 bilhões (sempre em valores de junho de 1988) em relação aos incentivos fiscais, excetuando-se os da exportação de manufaturados. O governo, no entanto, corta apenas Cz\$ 240 bilhões, através dos incentivos da nova política industrial que ainda não foram concedidos.

O mesmo ocorre em relação aos subsídios, onde, segundo Serra, as "medidas foram muito tímidas", tanto que o orçamento prevê a transferência, pelo Tesouro Nacional, de Cz\$ 640 bilhões para operações de crédito subsidiado.

Postura inoperante — Se não ataca com rigor problemas assim, avalia Serra, o governo mostra-se otimista demais no ajuste fiscal que se propõe fazer, com mais receita, através de impostos. "Só que é uma postura inoperante", acredita o deputado, ao analisar o acréscimo de 3,4% do PIB (Produto Interno Bruto) na receita. Serra explica que 1,9% do aumento do PIB ficaria por conta da eventual cobrança de débitos da dívida ativa e da intensificação da fiscalização. "A meta de obter US\$ 5 bilhões ou US\$ 6 bilhões a mais é exagerada."

Serra ainda lembra que 1% de aumento em relação ao PIB corre por conta do PIS-Pasep, o que para ele não é aumento, porque não representa dinheiro disponível. Ele acha que essas medidas significam uma antecipação de cobrança de impostos, que, na prática, elevam a alíquota. Mas não

concorda: "Isso tem efeito inflacionário e empurra os preços, dificultando o próprio aumento real de impostos."

Cortes e rolagem — Serra faz outra crítica: os cortes previstos no orçamento elaborado pelo governo não incluem o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social e da Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), ligada à presidência da República, que são contemplados com Cz\$ 140 bilhões (valores de junho de 88). "São recursos para fins eleitorais", resume Serra, lembrando a necessidade de haver uma descentralização imediata dessas contas, de acordo com o que manda a nova Constituição.

O deputado paulista esclarece que preferiu analisar antes outros aspectos do orçamento para mostrar que a tão decantada rolagem da dívida externa dos estados representa apenas uma das facetas do problema.

Segundo ele, o governo não deveria incluir os Cz\$ 550 bilhões no orçamento, referente às dívidas acumuladas no passado e às dívidas vincendas dos estados, com aval da União. "A rolagem do serviço da dívida não pago é problema do Banco do Brasil e não do orçamento", afirma Serra, que critica diretamente o presidente José Sarney pela medida.

Caminho intermediário — Ele conta que os governadores que queriam pagar Cz\$ 45 bilhões (valores de junho deste ano), deverão saldar um total de Cz\$ 104 bilhões em 1988. A comissão mista do orçamento do Congresso, segundo Serra, estava negociando um caminho intermediário, promovendo a possibilidade de cortar outras despesas para chegar a uma solução.

"Mas aí, apareceu o presidente Sarney propondo uma rolagem de 100% da dívida para os estados, menos para São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, passando por cima da área econômica", acusa Serra.

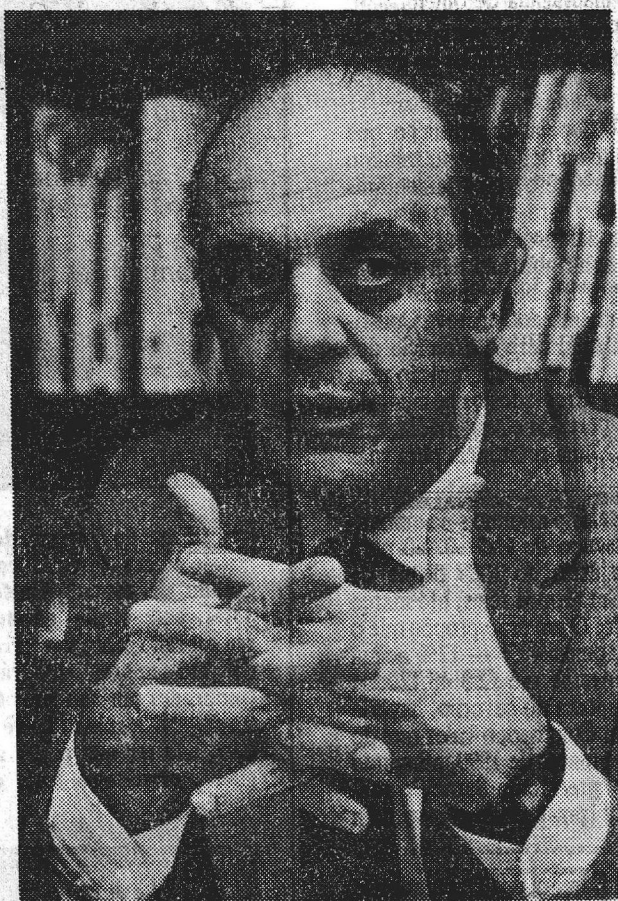
Na verdade, segundo o deputado, o que Sarney quis fazer foi jogar o Nordeste contra São Paulo e Rio de Janeiro. E, mais, jogou o problema para o Congresso Nacional, que precisaria, assim, se explicar perante a opinião pública.

Ministros competentes — Assim, é dentro desse contexto que Serra faz questão de analisar a posição assumida pela comissão mista do orçamento do Congresso, ao discordar do sistema de indexação do orçamento previsto pelos ministros da área econômica. "Embora os ministros da área econômica sejam competentes, o Congresso Nacional

não pode dar esse grau de liberdade a um governo que, com o presidente Sarney, já mostrou que não sabe como equilibrar os gastos com a receita", critica Serra.

O deputado acha que apoiar o sistema de indexação seria o mesmo que oferecer ao governo a condição de mexer no orçamento, em muitas cláusulas, sem a necessidade de consultar o Congresso. Serra aponta na indefinição do deflator para a receita um ponto muito importante para que o Congresso Nacional discorde da proposta de indexação. "Será realmente a inflação real?", indaga.

Para Serra, o governo pode trabalhar no sistema antigo, em que se oferece de suplementação razoável no orçamento, com base numa projeção da inflação. Se houver a necessidade de reformular o orçamento, volta-se à discussão no Congresso. "Com inflação de 1.000% ao ano, não é possível pensar-se em executar o orçamento dessa forma como o Executivo quer", entende Serra, lembrando que nos seus quatro anos como Secretário de Planejamento do governo paulista, o sistema defendido pelo Congresso — com suplementação e projeção de inflação — funcionou muito bem durante os quatro anos da gestão do governador Franco Montoro.



Serra: governo não equilibra gastos